

ORGANIZADORAS
GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES
ANA LÚCIA SUÁREZ MACIEL
BEATRIZ GERSHENSON

**NEOLIBERALISMO
E DESIGUALDADE
SOCIAL:
REFLEXÕES
A PARTIR DO
SERVIÇO SOCIAL**

 ediPUCRS

2.2 FUNDAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS DA PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

BEATRIZ GERSHENSON
ADRIELE MARLENE MANJABOSCO
KATHIANA PFLUCK AREND

Introdução

Partindo do pressuposto de que o Serviço Social não pode prescindir da pesquisa como elemento constitutivo de sua profissionalidade, há que se indagar – pesquisa para quê? Pesquisa para quem?

Responder tais indagações exige, de modo inescapável, trazer à centralidade da reflexão o tema da ética como fundamento da pesquisa em Serviço Social. Não qualquer concepção de ética. Mas, sim a ética como tomada de posição crítica sobre uma realidade existente, a partir de conhecimentos e valores também críticos.

Vale pontuar, a pesquisa em Serviço Social não pode rimar com qualquer pretensão de neutralidade (científica) na produção de conhecimentos. Em uma perspectiva existencialista, poder-se-ia até dizer que se trata de uma pesquisa como que “condenada” à produção de conhecimento engajado, ou melhor, a constituir-se como parte do arcabouço do que se pode chamar de pesquisa social crítica. Pode parecer óbvio, mas precisa ser esclarecido.

Em tempos adversos como os atuais, plenos de nefastos ataques às ciências humanas e sociais, precisamente pelo potencial crítico, portanto ético e político que carregam, é importante considerar que também o Serviço Social está exposto a um sem fim de expectativas de apagamento de potencial crítico de que é portador – seja no exercício profissional, na formação ou na produção de conhecimentos. Aborda-se, por conseguinte, os fundamentos ético-políticos da pesquisa na área como componente de resistência à abordagem fragmentária, a-histórica, focalista, conservadora e apolítica de quaisquer fenômenos da vida social, sem que estejam em estreita conexão com a análise da totalidade social, das contradições que à engendram no movimento da história da sociedade.

Nesta direção, o presente capítulo se desdobra a partir da abordagem dos fundamentos ético-políticos da pesquisa em Serviço Social desde a perspectiva crítica dos Direitos Humanos, entendida como chave heurística para destrinchar o que reclama por transformação na vida social, tendo como horizonte a igualdade suposta pela emancipação humana.

A emancipação a que nos referimos não se limita à emancipação política, embora a socialização da política e a radicalização da democracia sejam princípios fundamentais que devem orientar a elaboração de estratégias de resistência e mediar as lutas sociais em defesa de uma sociedade não mercantil. A sociedade emancipada que defendemos é esta à qual se refere o Código de Ética Profissional: uma sociedade em que homens e mulheres sejam livres e emancipados/as de relações sociais que transformam a força de trabalho em uma mercadoria subjugada pelo capital. Defendemos uma sociedade fundada na igualdade real e substantiva, como condição necessária para o pleno desenvolvimento da subjetividade, da liberdade e da diversidade humana (CFESS, 2011, p. 1).

O fato do Serviço Social ter assumido, desde as últimas décadas do século XX, uma direção social crítica, alinhada com as lutas emancipatórias partícipes do processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 1993) traduz-se, no âmbito da pesquisa, não apenas em exigências epistemológicas, teóricas e metodológicas bastante específicas. Com isso, reclama por uma tomada de posição ética que supõe conceber a pesquisa como parte da práxis, participe de um conjunto de esforços de defesa de Direitos Humanos em um cenário de barbárie – onde agudizam-se os antagonismos entre as classes, naturalizam-se as formas predatórias de competição, banaliza-se a vida humana, instrumentalizando-a a serviço da acumulação infinita do capital.

Melhor dizendo, a tomada de posição ética que lastreia o estudo em Serviço Social é a de recusa à barbárie ínsita à ordem do capital e à desigualdade que lhe é inerente. Nesta direção, argumenta-se pela importância e pertinência da visão crítica de Direitos Humanos, especialmente aquela proposta por Joaquin Herrera Flores (2009) para a projeção de sentido ético e político para a pesquisa na área que se queira alinhada ao Projeto Ético-Político Profissional.

A visão crítica se contrapõe à perspectiva tradicional que considera os Direitos Humanos como um dado, ou como prerrogativas que as pessoas possuem pelo simples fato de terem nascido e fazerem parte do gênero humano. Por ser abstrata, essa perspectiva tradicional apaga as desigualdades que estão na base dos impedimentos para o acesso e exercício de direitos, base também das lutas por reconhecimento e ampliação de direitos.

Em oposição, para a visão crítica, os Direitos Humanos não seriam tão abstratos que decorreriam da ordem jurídica ou da ordem internacional que supõe, igualmente, uma igualdade abstrata. Por isso é uma visão que não se contenta em considerá-los a partir de uma verificação meramente formal, dissociada da análise da realidade social e dos conflitos que estão na base das lutas por direitos.

Antes, entende-os como fruto de lutas históricas travadas por aqueles que, buscando acesso a determinados bens vitais para viver com dignidade,

encontram obstáculos aparentemente intransponíveis no momento de materializá-los em sua existência social. São relacionados à classe social, questões étnicas, diferenças culturais, questões territoriais, à orientação sexual, entre outras determinações das desigualdades (FLORES, 2009).

Portanto, os fundamentos ético-políticos dessa pesquisa, com base em uma visão crítica de Direitos Humanos, ampliam a possibilidade de serem produzidos conhecimentos em Serviço Social, que de fato contribuam para a análise totalizante da realidade social, bem como se direcionem para apontar caminhos que ampliem as possibilidades de acesso igualitário e não hierarquizado aos bens materiais e imateriais necessários para uma vida digna para todos e todas. Como antes referido, não se trata de uma dignidade humana abstrata, mas de uma visão de dignidade que não se separa da perspectiva da igualdade e que tem por base a liberdade com vistas à emancipação humana.

2.2.1 O tempo presente como desafio para a produção de sentido ético-político com a pesquisa em Serviço Social

As transformações societárias que se manifestam no tempo presente dizem das metamorfoses do metabolismo do capital (ANTUNES, 2007) e que se traduzem no aprofundamento das desigualdades sociais e na imposição de condições de vida e trabalho cada vez mais precárias para as grandes maiorias. São acompanhadas pelo avanço do conservadorismo que atinge as múltiplas dimensões da vida social, interferindo na cultura, na moral, nos hábitos de consumo e valores. Crescem as ideologias vinculadas ao consumismo, ao individualismo, à criminalização da pobreza e naturalizam-se diferentes formas de preconceito e discriminação, pois são tempos de radicalização da alienação, que obscurece e distorce os reais dilemas da satisfação das necessidades sociais.

Os dilemas do tempo presente não podem ser analisados sem que se compreenda o caráter totalizante do capital que subordina todo o metabolismo societário às suas necessidades de expansão e acumulação infinita.

São impasses que impactam na vida social e repercutem no trabalho e nas relações sociais, atingindo a todos trabalhadores.

Portanto, refratam-se diretamente na formação profissional e no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, que também são parte da classe trabalhadora, inclusive repercutindo na ascensão de projetos neo-conservadores no seio da profissão e que colocam em risco a hegemonia do projeto ético-político de cariz crítico e que se materializa em diferentes instrumentos normativos da profissão, como o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), a Lei de Regulamentação da profissão (CFESS, 1993) e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996). Também incidem diretamente nos cortes de investimento nas políticas sociais e na agudização das expressões da questão social, trazendo inúmeros paradoxos para a atuação dos Assistentes Sociais. Este solo histórico em que a pesquisa se coloca para o Serviço Social como estratégia fundamental para desocultar e apreender as contradições da vida social e contribuir para a apreensão crítica dos projetos societários em disputa no tecido da história.

Os avanços relacionados à pesquisa em Serviço Social são inconteste. Particularmente, a partir da consolidação da Pós-Graduação na área, forjada nas duas últimas décadas do Século XX, que repercute no amadurecimento intelectual da profissão e no acúmulo da produção científica vinculada à perspectiva marxiana, e no adensamento dos fundamentos teórico-metodológicos que orientam tanto a formação profissional, quanto o exercício profissional e a produção de conhecimentos.

No entanto, por muito tempo, a pesquisa reduziu-se a pensar em respostas práticas, sendo uma profissão conhecida somente como interventiva (SPOSATI, 2007). Para Bourguignon (2007), essa prática se processa na medida em que a profissão enfrenta as demandas decorrentes do agravamento da questão social e se consolida na construção e afirmação do projeto ético-político.

De forma geral, pode-se reconhecer um amadurecimento que ocorre *pari passu* com a intenção de ruptura com o conservadorismo por parte da profissão, o que foi possível principalmente pela aproximação

dos assistentes sociais à matriz marxista. Isso se traduziu como direção hegemônica do projeto político profissional, atestando o que muitos denominam de maioria intelectual do Serviço Social e de suas condições para a interlocução privilegiada com as ciências sociais.

Assim, a busca pela ruptura do empirismo se expressa na ampliação dos cursos de pós-graduação, a expansão e fortalecimento de grupos/núcleos de pesquisa e no reconhecimento pela CAPES e pelo CNPq da área do Serviço Social como campo específico de pesquisa. Contemporaneamente, o Serviço Social realiza pesquisas vinculadas às mais diferentes temáticas como políticas sociais, trabalho, cultura, direitos humanos, família e movimentos sociais, entre tantas outras. Se, por um lado, o debate sobre o tema não é novo, por outro, distante de ultrapassado, se constitui como desafio do tempo presente, pois:

Ao mesmo tempo em que muito já se fez e se conquistou, nas duas últimas décadas do século 20, a pesquisa continua sendo uma exigência que as vicissitudes do mundo contemporâneo colocam à profissão, o que carece de maiores investimentos e uma postura do profissional de permanente crítica e indignação com as manifestações sociais do modelo de desenvolvimento econômico (BOURGUIGNON, 2007, p. 48)

A pesquisa segue sendo uma questão atual para a profissão e está colocada na ordem do dia do debate do Serviço Social, pautando exigências de adensamento dos seus fundamentos críticos diante dos retrocessos civilizatórios do tempo presente. Neste cenário, as interrogações sobre o quê, o porquê; o para quem e o como, atualizam-se e não podem ser respondidas sem uma consistente tomada de posição ética e política em relação ao para quê pesquisar. Essa referência de sentido, portanto finalística da dimensão ético-política dos fundamentos da pesquisa crítica na área, ou seja, aquela que não se furta a posicionar-se criticamente diante dos desafios do tempo presente.

2.2.2 Sobre o “o quê”, o “porquê”, o “para quem”, o “como” e o “para que” da pesquisa crítica em Serviço Social

Pensar as particularidades dos fundamentos da pesquisa relacionadas ao “o quê” da pesquisa em Serviço Social requer que se tenha em conta que o objeto, a questão social, se reconfigura frente às transformações societárias, acentuando e fazendo emergir novas expressões e manifestações. São expressões em que se refratam os projetos societários em disputa na vida social e que evidenciam a barbárie ordem do capital, cuja base é a exploração do homem pelo homem. Decifrar o tempo presente é decifrar o atual estágio do modo de produção capitalista, pois “a cada novo estágio de seu desenvolvimento ela instaura expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é sua razão de ser” (NETTO, 2000, p. 48).

Se é na tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, tais profissionais estão “situados nesse terreno movidos por interesses distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade” (IAMAMOTTO, 2008, p. 120). Por isso, decifrar as mediações por meio das quais se expressa a questão social é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: seja para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais, bem como os mecanismos que são acionados em resposta a elas, ou ainda para projetar e forjar formas de resistência.

As novas roupagens com que se manifesta a questão social, suas configurações no atual momento histórico, exigem dos pesquisadores uma atividade intelectual aberta para compreender o novo. Uma mente orientada para a apreensão de um sem fim de violações de direitos e opressões, potência crítica que a pesquisa carrega, precisamente por não dissociar a particularidade dos fenômenos que investiga da estrutura social.

A pesquisa social crítica não considera a estrutura social aparente, os processos sociais ou a história aceita como garantida. Ele tenta cavar abaixo da superfície das aparências. Ele pergunta como os sistemas sociais realmente funcionam, como a ideologia ou a história ocultam os processos que oprimem e controlam as pessoas (HARVEY, 1990, p. 7).¹

Neste contexto, entendendo que o real torna-se opaco nas camadas da história e que aquilo que se oculta na aparência dos fenômenos da vida social, é o que precisa ser alcançado, pode-se enfrentar a interrogação sobre “o porquê” da pesquisa. Para enfrentar tal questão é indispensável ter em conta que as forças em presença na realidade social não se revelam de pronto, não são aparentes, e exigem um esforço por desocultar o real, superando sua pseudo-concreticidade (KOSIK, 1976).

Assim, o que há pela frente a ser desvendado, conforme analisa Pereira (2000), não é propriamente uma questão social explícita, mas uma incômoda e complicada questão latente, cuja explicitação acaba por se tornar o principal desafio das forças sociais progressistas. Para a autora, apesar de existirem problemas cujos impactos negativos sobre a humanidade sejam evidentes, como a globalização da pobreza antes periférica, o acirramento do racismo e lutas étnicas, desmonte de direitos sociais, a ameaça bélica e deterioração do meio ambiente, eles ainda não foram decisivamente problematizados e transformados em questões explícitas (PEREIRA, 2000).

O “porquê” da pesquisa em Serviço Social, portanto, se configura em exigências de fundamentos que favoreçam a problematização e a explicitação das expressões latentes da realidade. Trata-se de ir além da aparência e buscar decifrar o fenômeno na sua essência, pois:

¹ Tradução livre das autoras de passagem da obra “Critical Social Research” de Lee Harvey (1990), publicada em língua inglesa.

A realidade social não é visível a olho nu, o que significa que o mundo social não é transparente aos nossos olhos. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver, existem ideias dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos, que, na verdade, ‘selecionam’ e ‘distorcem’ o que os olhos veem, e ‘escondem’ o que não deve ser visto (SOUZA, 2015, p. 06).

É importante considerar que as ideias dominantes, como refere Souza (2015), fazem com que o mundo seja sistematicamente distorcido e falseado a partir da ciência que legitima a dominação social. Nesse aspecto, a pesquisa, como propõe Minayo (2001), nunca é neutra. Pelo contrário, é intrinsecamente política, pois veicula interesses e visões de mundos historicamente construídos que implicam em todo o processo de conhecimento que não se separa da reprodução dos interesses de classe, especialmente da classe dominante.

O reconhecimento da necessidade de posicionamento ético-político e científico no Serviço Social foi crucial para construção da nova cultura crítica no âmbito da profissão. A perspectiva marxista, que vem sendo adensada na produção científica nas últimas décadas, teve como mérito o fortalecimento de uma práxis investigativa engajada. Ou seja, hegemonicamente, não se trata de uma investigação meramente contemplativa da realidade, mas que visa conhecer para transformá-la, pois o conhecimento produzido pela área, em “se tratando do método dialético crítico, no entanto, sempre será teórico prático por que o caráter interventivo lhe é constitutivo, na medida em que tem a transformação do real como finalidade” (PRATES, 2016 p. 106.).

Cabe ressaltar ainda que o Serviço Social, como uma profissão que tem por particularidade a intervenção, ao tomar a realidade como objeto da investigação, o faz trazendo à luz os obstáculos para acesso a uma vida digna de grande parte da população e que se expressam no cotidiano, no mundo da vida, ou seja, “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001, p. 17). Tal como referem Marx e ENGELS:

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários nem dogmas. São pressupostos reais, de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX & ENGELS, 2007, p. 86-87).

Decorre daí a perspectiva de engajamento que conforma os fundamentos ético-políticos da investigação na profissão – trata-se de uma pesquisa que tem lado. Ou seja, “o para quem” remete ao compromisso com a classe trabalhadora, tal como enfeixados os compromissos éticos dos assistentes sociais em seu vigente Código de Ética (CFESS, 1993).

Assim, um elemento que particulariza os projetos desenvolvidos é a centralidade que garantem aos sujeitos que deles são participantes. Dar visibilidade a todos, a suas necessidades, lutas, aos enfrentamentos de um sem fim de obstáculos à dignidade, a violação de direitos humanos a que estão expostos, denunciando desigualdades, são questões que estão na base da direção social crítica da pesquisa em Serviço Social.

Os assistentes sociais, ao disporem de uma possibilidade privilegiada de aproximação à vida cotidiana dos sujeitos, têm o desafio de transformar essa possibilidade em provocação para a pesquisa. Este é um requisito para a mediação necessária entre o projeto profissional e as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos, dos usuários dos serviços, integrantes de movimentos sociais e de organizações em que se expressam coletivamente.

Os profissionais, no exercício da pesquisa, têm a possibilidade de inserção e imersão no real, no cerne das expressões da questão social, o que possibilita a análise da totalidade oferecendo meios para a que ela seja um valioso instrumento de medição e intervenção. Com isso, reforça os compromissos éticos da profissão nessa interface.

Não por outra razão que se pode afirmar que considerar a pesquisa como mediação dos compromissos ético-políticos do projeto profissional, exige reconhecer-se, também, que um dos persistentes desafios da área é

a necessidade de superação da dicotomia entre a prática profissional e a pesquisa científica. Isto porque na sua tradição ainda tende a se encontrar restrita ao âmbito acadêmico, mais especificamente circunscrita ao nível da pós-graduação (BOURGUIGNON, 2007).

Dentre as múltiplas determinações desta situação pode-se citar a precarização da formação profissional, considerando os processos de aligeiramento, a precarização e expansão do ensino à distância que restringe a formação ao ensino (em detrimento da relação entre ensino, pesquisa e extensão), comprometendo sua qualidade. Outro entrave refere-se às condições e relações de trabalho dos profissionais, ao lado da realidade de todos os trabalhadores, que são permeadas, entre outros fatores, pela sobrecarga de demandas, trabalho desprotegido e sub-remunerado, ampliação da jornada, o que ocorre com o atravessamento do avanço da terceirização dos serviços, a desregulamentação do trabalho, além da fragmentação e focalização das políticas sociais. Seja como for, a pesquisa foi, e continua sendo, fundamental para garantir uma formação de qualidade e para superar o pragmatismo e as ações improvisadas e que comprometem a relativa autonomia do exercício profissional (IAMAMOTO, 2014).

Ainda no que se refere à centralidade dos participantes, a expressão do “para quem”, se refere a trazer suas necessidades, interesses, e demandas por dignidade no centro das preocupações dos fundamentos ético-políticos da investigação em Serviço Social, e também requer um posicionamento claro de proteção da liberdade – valor central da ética profissional – dos participantes dos estudos. Isto se traduz em gestos simples, mas não menos importantes, como o respeito ao direito dos participantes à informação prévia sobre os objetivos e como será feito o estudo, o direito de desistência a qualquer momento, o direito ao reconhecimento da liberdade de escolha sobre a participação informada no estudo, a preservação do anonimato dos participantes e a prevenção de desconfortos e riscos, além do acesso aos resultados de pesquisas. São gestos que colocam na agenda da pesquisa a clareza de seus compromissos éticos e políticos.

Na preservação dos interesses dos sujeitos que participam da pesquisa e a cujos interesses a produção do conhecimento, fruto dela, se direciona, é importante considerar ainda que o estudo guarda interface com inúmeras situações de desrespeito e violação de Direitos Humanos e, ao contemplar os sujeitos que vivenciam essas expressões da questão social, os usuários, comumente pertencentes a grupos estigmatizados e destinatários de um sem fim de violências e opressões, estabelecem relações com uma população que pode ser vulnerável à determinadas exigências postas pela própria pesquisa. Portanto, a violência exige vigilância por parte dos assistentes sociais pesquisadores:

Onde a violência se faz presente, a afirmação da ética e da defesa de direitos se faz mais imperiosa e a defesa da ética e da política na pesquisa exige vigilância para que não se tornem novos atos de violência acobertados pelas mais nobres intenções científicas (MENDES; AGUINSKY; PRATES, 2006, p. 380)

A adoção de medidas que preservem os(as) participantes e seus direitos é compromisso e dever ético, conforme o Código de Ética de 1993. Vale sinalizar que a pesquisa em Serviço Social, sendo fruto de estranhamento e desnaturalização em relação a situações opressivas e relacionadas às expressões da questão social, sempre que possível, deve validar a voz dos sujeitos como fontes orais importantes, pois são eles que carregam experiências fundamentais para análise dos fenômenos que são o objeto da investigação e são eles também que devem receber respostas referentes à pesquisa, para o quê. Dessa forma, prever a devolução dos dados é parte de fundamental importância no processo como um todo.

No desdobramento dos compromissos ético-políticos até aqui discutidos, agregam-se aqueles que guardam intrínseca relação ao enfrentamento da indagação sobre “o como” da pesquisa crítica em Serviço Social. Não se trata de afirmar uma abordagem prescritiva e fixista sobre o modo de pesquisar.

Antes, abordam-se as preocupações centrais da pesquisa crítica, sustentadas pela perspectiva crítico-dialética, que orienta o como fazer da investigação para sucessivas aproximações à realidade concreta no sentido de alcançar o que se encontra “a baixo da superfície de estruturas históricas específicas de opressão social” (HARVEY, 1990, p. 1). É uma perspectiva que se coloca em contraste com abordagens positivistas ou fenomenológicas, sendo a primeira, no dizer de Harvey, preocupada “em descobrir os fatores que causam um fenômeno observado”, e as segundas em “interpretar os sentidos dos atores sociais [...] na análise de processos simbólicos” (1990, p. 1).

O autor chama a atenção para o contraste do como da pesquisa crítica em relação ao como da feita a partir da tradição positivista (usualmente, mas não exclusivamente, associado à pesquisa quantitativa e experimental). E, por outro lado, da fenomenológica (que se inclina para o que se considera chamar de tradição interpretativa e muitas vezes, mas não exclusivamente, é associada à pesquisa etnográfica).

Seja como for, na perspectiva apresentada por Harvey (1990), se é verdade que a pesquisa crítica não enfatiza explicações dos fenômenos em termos causais, como o faz o positivismo, não é verdade que não valoriza os significados sociais, no que se aproxima da perspectiva interpretativa. São significados que podem ser encontrados e analisados a partir de conteúdos de documentos, ou de entrevistas com fontes orais. Mas, enquanto a vertente interpretativa ocupa-se dos significados sociais em interações de pequena escala, a vertente crítica procura analisá-los considerando a totalidade social em termos de desigualdades estruturais na sociedade (por exemplo, desigualdades de classe, raça ou gênero, entre outras).

O “como” da pesquisa na abordagem crítica não está associado à natureza qualitativa, quantitativa ou quanti-qualitativa da pesquisa. Mas, antes ao lugar da crítica no processo de construção de conhecimento. Para Harvey (1990), o que diferencia o “como” da pesquisa crítica das demais abordagens é o fato de que na primeira, a crítica é parte integrante do processo enquanto nas demais ela pode até ser periférica. Para o autor, uma metodologia crítica envolve uma perspectiva epistemológica em que

o conhecimento e crítica não se separam. E mais: o conhecimento é sempre crítica na metodologia desse tipo de pesquisa social (HARVEY, 1990).

Pesquisar com direcionamento, através do método dialético-crítico, rompendo as barreiras da neutralidade e das imposições neoconservadoras, com vistas a transformar. Principalmente em tempos de desmonte, de retirada de direitos, a pesquisa social crítica é questionadora, inquieta, traz à tona as contradições e movimentos naturalizados presentes na realidade e na historicidade que se reconstrói e se justifica em bases extremamente arcaicas e conservadoras. De tal forma, pesquisar e questionar oferece bases para uma mediação consistente na busca pelo fortalecimento e efetivação do Projeto ético-político. Sobre isso, Mendes, Aginsky e Prates, afirmam que:

Este projeto ético-político do Serviço Social delimita compromissos dos profissionais com a defesa de direitos que se vinculam à história das lutas das gerações – lutas por afirmação e ampliação da cidadania. Isto exige romper com a apatia e tomar-se o solo histórico do trabalho do Assistente Social para além da contingência. Exige o confronto e um posicionamento diante de uma sociedade que justifica seu desenvolvimento pelo contraditório [...] (MENDES; AGINSKY; PRATES, 2006, p.375).

Considera-se, finalmente, que articulando todas as dimensões anteriormente abordadas – o “o quê”, o “porquê”, o “para quem” e o “como” da pesquisa crítica – entra-se a dimensão do “para quê”, que também integra os desafios ético-políticos da pesquisa em Serviço Social. Sendo uma pesquisa engajada, que visa contribuir para a transformação da realidade, está sustentada por uma dimensão de sentido, ou seja, uma direção social crítica, transversal a todo o processo, desde a delimitação do problema, dos objetivos, do marco teórico, do método e do delineamento metodológico, enfim, em todo processo.

Argumenta-se que o “para quê” da pesquisa pode encontrar na visão crítica de direitos humanos um potente lastro ético-político. Recorre-se à contribuição de Joaquin Herrera Flores (2009) para quem os Direitos Humanos são produtos sociais, construções históricas e, como tal, vão espelhar e representar os valores e interesses da sociedade que os produziu, ou seja, da sociedade capitalista.

Para o autor, Direitos Humanos são sempre processos sociais e expressam conquistas provisórias e decorrem de lutas – contra todas as formas de opressão e desigualdades. Em uma perspectiva crítica, portanto, cumprem uma função social: lutar contra a banalização das desigualdades e traduzem-se em processos institucionais e sociais voltados para conquista de um valor ético e político universal: a dignidade humana (FLORES, 2009).

Tal visão propõe-se a toma-los como resistência à barbárie da sociabilidade do capital, que reduz a dignidade humana ou a uma abstração, ou ainda ao seu potencial de valorização do valor, ou seja, só tem valor a vida humana que valoriza o capital. Na perspectiva crítica, a dignidade humana não pode ser protegida sem que se saia do campo das forças conservadoras, e lutar pela dignidade supõe recusar as forças que destroem as bases materiais e culturais de populações inteiras com o único objetivo de seguir enriquecendo o grande capital, como as grandes corporações transnacionais de petróleo, das finanças e das comunicações (FLORES, 2009).

Para o autor, inclusive, a luta por direitos humanos exige a denúncia das cumplicidades estruturais que se dão entre as normas jurídicas existentes e as exigências de continuidade do status quo dominante. Ter por fundamento do “para quê” da pesquisa em Serviço Social a visão crítica de direitos humanos, significa considerá-la como estratégia de resistência e luta pela defesa de direitos.

Falar de defesa de direitos através da pesquisa hoje é reconhecer o que, nesses projetos, orienta-se para a emancipação humana. O emancipatório se objetiva na óptica de que valores

como igualdade, democracia, liberdade, possam existir, na realidade, não como mera projeção ideal, mas materializados na vida cotidiana (MENDES; AGUINSKY; PRATES, 2006, p. 376).

Tomar a pesquisa em Serviço Social como crítica e engajada permite reconhecê-la como partícipe da arena de resistência e luta contra as desigualdades produzidas socialmente e que, no dizer de Flores (2009), representam obstáculos ao acesso aos bens da civilização, aos bens vitais para uma vida digna. Ter a concepção crítica de direitos humanos como fundamento para uma tomada de posição ética e política na pesquisa que se inclina intencionalmente em lançar luzes aos obstáculos à realização da dignidade humana e que são próprios à ordem do capital.

Conclusão

Em tempos de ataque aos Direitos Humanos, contexto em que também são desqualificadas as Ciências Humanas e Sociais, especialmente pelo potencial crítico que carregam ao denunciarem a barbárie ínsita à ordem do capital, torna-se fundamental fortalecer a perspectiva crítica na pesquisa em Serviço Social. Os avanços do pensamento conservador reclamam por maior densidade nos fundamentos da pesquisa social.

Dessa forma, buscou-se analisar o quanto os fundamentos ético-políticos refletem uma tomada de posição crítica que permeia todo o processo de pesquisa e que têm por referência a direção social assumida pelo projeto profissional, orientada para a emancipação humana. São bases que se desdobram nas dimensões do “o quê”, do “por quê”, do “para quem” e do “para quê” da pesquisa na área e que adensam a perspectiva engajada, partícipe da arena onde se travam as lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas.

Neste cenário de lutas, a pesquisa em Serviço Social encontra na concepção crítica de Direitos Humanos, especialmente a veiculada por Flores (2009), uma chave heurística potente. Tal concepção pode melhor

ancorar a sua conexão a processos de resistência à sociabilidade do capital, uma vez que refuta perspectivas a-históricas, essencialistas e abstratas que costumam povoar as discussões sobre Direitos Humanos. Trazer a gramática do tema de cariz crítico para o centro dos fundamentos ético-políticos da pesquisa pode contribuir para aportar maior densidade ao compromisso da produção de conhecimentos da área, através dos estudos que realiza, que ampliem a visibilidade das múltiplas expressões das desigualdades que impedem amplos contingentes da população ao acesso a bens vitais, necessários para uma vida digna de ser vivida.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio crítico sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 4 set. 2018.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. In: *Revista Katálysis*, v. 10, n. 3, p. 46-54, 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social*; Lei de Regulamentação da Profissão Lei n. 8.662/93. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 4 set. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *CFESS Manifesta: Serviço Social compromisso de classe por uma sociedade emancipada*. Brasília: CFESS. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta_diado-AS_SITE_FINAL.pdf. Acesso em: 4 set. 2018.
- FLORES, Joaquín Herrera. *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- HARVEY, Lee. *Critical Social Research*. London: Unwin Hyman, 1990.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8. ed. Sao Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. *In: Revista em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 21, 2008.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007

MENDES, Jussara Maria Rosa; AGUINSKY, Beatriz; PRATES, Jane. Pesquisa em Serviço Social: o indispensável diálogo ético e político. *In: KIPPER, Délio José. Ética, teoria e prática – uma visão multidisciplinar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *In: Revista Temporalis*, v. 3, n. 1, p. 12-24, 2001.

PEREIRA, Potyara AP. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. *In: Revista Temporalis*, v. 3, p. 51 – 62, 2001.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. *In: FERNANDES, Idília e PRATES, Jane C. (org.). Diversidade e estética em Marx e Engels*. Campinas: Papel Social, 2016.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pelas elites*. São Paulo: Leya, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Rev. Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. spe, p.15-25, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/ao210spe.pdf>. Acesso em: 4 set. 2018.